

MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE

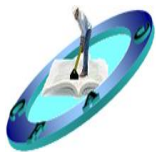


Carta Acordo PNUD/MMA - CFAC
PROJETO BRA/14/G32 PIMS 3066 SERGIPE

PRODUTO 2

Relatório contendo o planejamento do “*Diagnóstico Rural Participativo (DRP) sobre a Realidade Socioambiental das Áreas de Intervenção Direta do Projeto*”, a atualização das informações sobre as características socioambientais e os resultados do processo de mobilização para o DRP.

Sertão de Sergipe, inverno de 2016

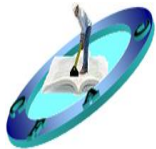


MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



Sumário:

Tópicos	Pag.
1 – Planejamento e metodologia do “Diagnóstico Rural Participativo (DRP) sobre a Realidade Socioambiental das Áreas de Intervenção Direta do Projeto”	3 - 17
2 – Resultados do processo de mobilização para o DRPE	18 - 19
3 – Atualização das informações sobre as características socioambientais das comunidades de abrangência do projeto	20 - 32
4 – Anexos:	
4.1 – ANEXO I: Roteiro para levantamento de boas práticas	
4.2 – ANEXO II: Roteiro de entrevista semi-estruturada	
4.3 – ANEXO III: Relatório fotográfico do processo de mobilização para o DRPE	
4.4 – ANEXO IV: Lista de presença das reuniões de mobilização	



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE

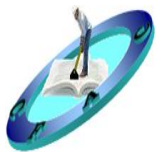


Apresentação:

O presente documento objetiva descrever e apresentar às instituições parceiras as ações, de responsabilidade do CFAC, prevista na carta de acordo firmada entre esta instituição e o PNUD/MMA, referente ao projeto BRA/14/G32 – Manejo de Uso Sustentável de Terra no Semiárido do Nordeste Brasileiro (Sergipe).

Desta forma, e almejando alcançar os resultados previstos no Produto 2 do acordo firmado, relatório contendo o planejamento do “Diagnóstico Rural Participativo (DRP) sobre a Realidade Socioambiental das Áreas de Intervenção Direta do Projeto”, com a atualização das informações sobre as características socioambientais e os resultados do processo de mobilização para o DRP. Assim, realizamos os estudos e atividades que serão apresentados nesse documento organizados nos seguintes tópicos:

- 1 – Planejamento e metodologia do “Diagnóstico Rural Participativo (DRP) sobre a Realidade Socioambiental das Áreas de Intervenção Direta do Projeto”;
- 2 – Resultados do processo de mobilização para o DRP;
- 3 – Atualização das informações sobre as características socioambientais das comunidades de abrangência do projeto.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



1 – PLANEJAMENTO E METODOLOGIA DO “DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP) SOBRE A REALIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DIRETA DO PROJETO”

A presente proposta metodológica para a realização de um diagnóstico tem por objetivo explorar de forma periférica a realidade da relação homem-natureza, em especial a Caatinga, seus usos e costumes, na área de abrangência do projeto BRA/14/G32 PIMS 3066 SERGIPE. Para tanto, e, com o intuito de promover a auto-organização das comunidades acompanhadas, ou seja, para que as mesmas sejam protagonistas do processo de mudança em suas condições de vida, deverá constituir-se um processo de sistematização da realidade, ao tempo que seja educativo, como meio de superação de suas condições de vida.

Localizadas no bioma caatinga do Território da Cidadania do Alto Sertão Sergipano¹ as comunidades alvo deste diagnóstico guardam, para além das estatísticas sobre suas condições sociais e econômicas, relações próprias de sobrevivência e convivência, criando, reiterando e recriando linguagens da relação com seu meio. A captação e o uso da água, a adoção de rotinas delimitadas pelo sol e pela temperatura do ambiente e do solo, os diferentes usos e relações com a flora e a fauna, são elementos do cotidiano que, segundo Paulo Freire, permeiam o processo educativo e a compreensão da simbologia inerente a esta realidade, imprescindível para um frutífero processo de aprendizagem.

O processo social em curso exige daquele que intervém na realidade alheia uma postura de educador popular, ou seja, o mesmo não deve se limitar ao simples levantamento de dados e discussões/formulações teóricas acerca da realidade observada e vivenciada, mas também discutir as questões e problematizar as contradições da conjuntura junto aos sujeitos sociais e, assim, impulsionar processos, estimular soluções coletivas, envolver-se e, acima de tudo, comprometer-se.

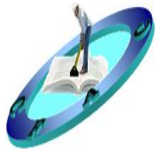
Para observar a realidade socioambiental, seus usos e costumes na relação com a Caatinga, das ASD, e cumprir com a promoção da autonomia, com planejamento e organização das ações nas comunidades acompanhadas, adotar-se-á o DRPE, Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador, que, segundo PEREIRA (2009), se trata de um método praxiológico de diagnosticar a realidade, a partir de uma conjugação de técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo. Constitui-se, dessa forma, em um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre os grupos de mediação e o público de sua intervenção.

Grifa-se que a adoção de um método com recursos metodológicos participativos é condição sine qua non para que a participação de sujeitos colocados à margem do atual processo de

¹O Território Alto Sertão - SE abrange uma área de 4.908,20 Km² e é composto por 7 municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória.

A população total do território é de 146.529 habitantes, dos quais 78.198 vivem na área rural, o que corresponde a 53,37% do total. Possui 12.833 agricultores familiares, 3.564 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,58.

Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



desenvolvimento se dê de forma qualitativa e provoque, promova, a auto-organização dos mesmos.

Por isso, serão utilizadas ferramentas metodológicas que trabalhadas de forma coletiva e participativa estimulam a discussão, provocam as contradições e apontam para soluções.

Princípios Metodológicos

Entre os princípios metodológicos que orientam o método do DRPE está o da “Pesquisa-Participante”, onde, segundo Tripp (2005), “permite agir no campo da prática e investigar a respeito dela, desta forma é um tipo de investigação ação que segue um ciclo, no qual se aprimora a prática por meio da investigação e melhora-se a investigação por meio da prática”. A proposição da ação, por tanto, deve decorrer do subsídio, por meio da pesquisa, à análise, à planificação e à tomada de decisão dos sujeitos da realidade.

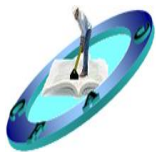
O ciclo apontado por Tripp, também desenvolvido por Paulo Freire (1983), é adotado sendo, segundo Paludo (2006), indissociáveis os elementos políticos e pedagógicos; o entendimento do homem e da mulher como seres portadores de saberes e cultura; o compromisso com a transformação social; a intencionalidade do ato educativo por processos problematizadores baseado no diálogo e na participação; e, a organização social e do trabalho como elementos educativos.

Concebe-se, portanto, que a construção do conhecimento deve ser de fato produtiva e diretiva, ou seja, no primeiro caso, que esteja “preocupada com os meios” e que resulte na reprodução de bens e serviços materiais, segundo GIROUX(1997). Ainda, segundo o mesmo, no segundo caso, que permita ao educando questionar aquilo que estuda, propiciando “o desenvolvimento de uma consciência crítica e política” deste.

DRPE (método)

A adoção do método de diagnóstico para o fim proposto, com vista à participação ativa de assentados de reforma agrária e comunidades rurais na caatinga sergipana, deve levar em conta não só o processo histórico de construção das relações sociais, da economia à cultura, fundada no coronelismo, assistencialismo e no clientelismo, mas, também, às práticas já vivenciadas de organização para a conquista da terra, da luta por direitos garantidos constitucionalmente e das formas de convivência com a seca. A mera reiteração e adaptação de métodos corporativos, criados para fins institucionais, não observam a autonomia como objetivo fim de diagnósticos em organizações de trabalhadores e trabalhadoras, mas, sobretudo, identificam de forma superficial os problemas a serem superados, estabelecendo uma relação de dependência com o mediador, interlocutor, ou seja, sendo tutoriados.

Segundo PEREIRA (2009), o DRPE “fundamenta-se, por um lado, nos chamados “Diagnósticos Rápidos Participativos” (DRP’s) enquanto instrumentos que viabilizam a participação do público de suas ações, a partir de alguns princípios em comum, tais como flexibilidade na coleta de informações, participação e reciprocidade na aprendizagem.” O caráter “emancipador” se deve à indissociabilidade entre a apreensão da realidade vivida e sistematizada e a auto-organização para superação das mazelas provocadas, entre outros fatores, pelo processo de desertificação rural.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



A concretude da autonomia se remeterá à concatenação entre os principais atores sociais que permeiam a realidade camponesa, quer sejam os técnicos em ATES e ATER², quer sejam os outros atores institucionais e demais segmentos pertinentes na Caatinga sergipana.

Ao remeter-se ao caráter "emancipador", agregado aos já concebidos diagnósticos rápidos ou rurais participativos, Pereira reflete que muitos destes diagnósticos se detém à realidades estáticas ou parciais, como a discussão coletiva sobre atores sociais, apenas, ou, mesmo, sobre determinados problemas no planejamento produtivo, por exemplo. O olhar periférico sobre a realidade permite compreender que os limites de cada setor da vida camponesa tem interface transversal com os demais. Limites no acesso ao sistema de saúde, por exemplo, podem incorrer em menor produtividade, uma vez que a atenção e disponibilidade dos membros do núcleo familiar voltadas à saúde não permitirão a necessária correspondência da força de trabalho para a reprodução da família; limites no acesso à educação reproduzirão limites no desenvolvimento tecnológico familiar, assim como limites no acesso à uma adequada alimentação imporão limites no processo cognitivo de aprendizado.

Observa-se, também, que ao analisar coletivamente a potencialidade das ações propostas reduz-se significativamente a possibilidade de frustração das famílias envolvidas, visto que políticas públicas que recorreram à mobilização popular e não corresponderam às expectativas criadas, são um dos fatores de desmobilização, da recusa de muitos à participação em proposições como a que se pretende aqui executar.

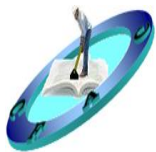
Para além da concepção de análise, o DRPE pressupõe que um diagnóstico deve orientar à mudança da realidade, sendo, o mesmo, balizador da organização comunitária para a resolução de seus conflitos.

O DRPE, portanto, caracteriza-se pela conjugação de técnicas que abranjam todos os elementos da vida, do cotidiano camponês³, quais sejam:

1. Contexto histórico de formação social;
2. Acesso aos serviços essenciais estatais e garantias constitucionais;
3. Análise de conflitos (atores sociais);
4. Relação com seu meio (ocupação, usos e costumes junto à Caatinga);
5. Produção e comercialização;
6. O papel da mulher camponesa;
7. Organização coletiva.

² A política nacional de Assistência Técnica, Ambiental e Social (ATES) e da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), PL 12.188/10, é executada no estado de Sergipe pelo CFAC, em parceria com o INCRA, através do contrato 2.000/2013.

³ "As famílias camponesas existem em um território, no contexto de relação sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos - suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família" (COSTA E CARVALHO, 2012).



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



Equipe executora

A facilitação das técnicas do DRPE será realizada por uma equipe interdisciplinar, contratada pelo CFAC, em perspectiva transdisciplinar, onde a composição de diferentes áreas do conhecimento contribuem para um olhar periférico sobre a realidade onde se intervém. Para tanto, em especial em observação às ASD, a equipe contratada será composta por um agroecólogo, uma engenheira agrônoma, uma engenheira florestal e um gestor de cooperativas, todos com experiências laborais e militantes junto à movimentos e organizações sociais camponesas.

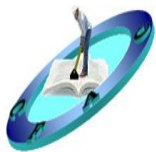
A equipe deverá se organizar, na execução das oficinas, entre facilitador ou facilitadora, responsável pela condução da atividade; co-facilitador/observador ou co-facilitadora/observadora, que deverá colaborar na condução da atividade e observar a plenária com o objetivo de colaborar com a organização da oficina; e, o relator ou a relatora, responsável pela relatoria das discussões. Ainda, conta-se com a participação das equipes do CFAC contratadas para execução do projeto **PNUD/BRA/14/G32** e dos técnicos de ATES, contratados pelo INCRA para execução do contrato 2.000/13, na sensibilização e mobilização dos camponeses, discussão e aplicação de ferramentas metodológicas, organização logística e registro fotográfico.

Todos os membros da equipe do diagnóstico têm desenvolvido ações junto a organizações camponesas, dado que se observa pela necessidade de um conhecimento prévio do meio ambiente, como aspectos físicos, fauna, flora, solos; aspectos populacionais, como cultura, seus usos e costumes; economia, principais fontes de trabalho e renda; e, político, principais atores sociais, como organizações de classe, movimentos sociais, políticas públicas, projetos de lei, entre outros.

Compõem a execução do projeto, para consecução das ações propostas e na realização do diagnóstico, os técnicos e técnicas do CFAC contratados para o desenvolvimento do **PNUD/BRA/14/G32 - Manejo do Uso Sustentável da Terra no Semiárido do Nordeste Brasileiro (Sergipe)**. E, os técnicos e técnicas de ATES do Centro Comunitário Dom José Brandão de Castro, responsáveis pelo acompanhamento técnico, social e ambiental dos projeto de assentamento Florestan Fernandes, Jacaré Curitiba e Valmir Mota (contrato 2.000/13). A participação destes no processo de construção do diagnóstico torna-se fecunda visto que as ações propostas, ao fim das oficinas de DRPE, deverão direcionar a divisão de atribuições, responsabilidades e tarefas junto aos comunitários. O papel da assistência técnica na reflexão sobre as discussões realizadas nas oficinas de DRPE e no desencadeamento das ações propostas pelos comunitários é o de facilitar a organização coletiva, uma vez que a mesma permeia o universo local.

Etapas de execução do diagnóstico

A etapa prévia a realização das oficinas do DRPE é a **Coleta de Dados Secundários**. Nesta, a equipe contratada para a execução do DRPE deverá se debruçar sobre a coleta de informações que tangem desde o conjunto de leis que versam sobre a realidade camponesa, como a política nacional de agricultura familiar, por exemplo, até aquelas próprias do estado de Sergipe e dos municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, onde se encontram as comunidades alvo deste projeto. Para além do marco jurídico, buscar-se-ão políticas públicas que garantam o acesso ao aparato estatal, sendo, porém, muitas vezes não acessadas. Os dados estatísticos de resultados das políticas públicas também serão analisados e confrontados com a realidade local. Por fim, a produção acadêmica, em especial aquela cujo objeto de estudo aborda a realidade do



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



sertão sergipano, das ASD, nos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais também será objeto de coleta de informações. Também será realizado levantamento, via instrumento elaborado pelo CFAC (ANEXO 1), para identificação de boas práticas de produção nas localidades preteridas. Seu produto conflui para um melhor desenvolvimento das atividades do **PNUD/BRA/14/G32** e de orientação para as o planejamento das atividades de ATEs. O objetivo perpassa pelas diferentes políticas públicas de atenção às famílias camponeses, em especial, às do "sertão" sergipano cuja suscetibilidade à desertificação é premente. Com isso, busca-se, também, identificar pessoas sensíveis a novas experimentações; refletir sobre a importância do acompanhamento técnico junto à estas experiências; e, compreender a importância do domínio de todas as etapas da consolidação da tecnologia, da instalação ao funcionamento, por parte dos beneficiários, possibilitando possíveis adequações e favorecendo a replicação, de forma espontânea, em áreas de outros camponeses interessados.

A etapa seguinte é a de **planejamento das oficinas** de DRPE. Compreende a etapa da organização com a divisão de tarefas e discussão dos objetivos de cada técnica.

Em seguida, será realizada uma **oficina com a equipe técnica de ATEs**⁴, que atua nas localidades do P.A. Valmir Mota, Florestan Fernandes e Jacaré Curitiba. O objetivo da atividade é analisar os objetivos e planejamento das metas estabelecidas no contrato 2.000/13, além da percepção dos técnicos e das técnicas sobre a realidade local. A necessidade de inclusão desta atividade se dá em vista da transversalidade da política pública de assistência técnica e extensão rural no que tange à produção, agroindustrialização, comercialização, meio ambiente, saúde e assistência social.

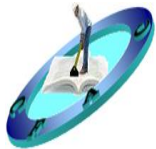
Para tanto, será realizada a técnica FOFA, Fortalezas e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Técnica recorrente em diagnósticos empresariais e institucionais, a linguagem trabalhada se aproxima da realidade dos técnicos, ou seja, em uma perspectiva mais conceitual, mais abstrata.

A oficina terá duração de até quatro horas e não serão necessários materiais adicionais para a realização da mesma.

A quarta etapa compreenderá o **universo educacional**, realizando-se oficinas lúdicas junto a crianças e adolescentes na Escola Zumbi dos Palmares, no P.A. Jacaré Curitiba, e na Escola Municipal Frei Damiano, da comunidade de Poço Preto. Os P.A. Valmir Mota e Florestan Fernandes não possuem escola. O objetivo das oficinas é analisar a percepção na relação das crianças e adolescentes com seu meio, em especial, com a Caatinga. As aspirações à elementos da urbanidade, de fácil acesso e grande apelo comercial, remetem a este segmento contradições no processo de continuidade e reprodução do núcleo familiar, relegando à perspectiva de "futuro" no campo, simbolicamente, uma imagem de fracasso, de frustração. As limitações postas pelo ambiente e pelas exíguas condições tecnológicas de superação e convivência com longos períodos de baixa ou nenhuma precipitação, impõem e remetem à história de seus pais a ideia de "imobilidade" social. A apropriação de tecnologias para melhoria nas condições produtivas e nas condições de vida, são estratégias lançadas como forma de inclusão e permanência de jovens no campo, contemplando e compreendendo as aspirações simbólicas deste segmento.

Para tanto, será realizada a técnica Construção. O objetivo da técnica é, ao dividir as crianças em grupos de até seis membros, discutir nos grupos quais são as principais dificuldades

⁴ A comunidade de Poço Preto, em Poço Redondo, não tem acompanhamento da política de assistência técnica e extensão rural.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



enfrentadas por suas famílias. Eleger-se-á mais importante entre estas para, então, proporem o desenvolvimento de alguma estrutura ou maquinário (uma tecnologia) para superarem esta realidade sendo que, a proposta deve ser realizada na escola e, ou, pela escola envolvendo o coletivo de crianças. Para tanto, serão disponibilizados cartolinas, pequenos espetos de churrasco de madeira, pequena extensão de fita adesiva e um lápis para cada grupo. A limitação na disponibilidade de material para o desenvolvimento da atividade deverá reproduzir os escassos recursos disponíveis em seu meio.

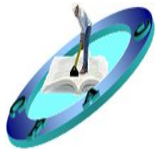
Por fim, as crianças serão provocadas a auto avaliarem a organização interna de seus grupos, a necessidade da criação de consensos e como a escola pode se inserir no cotidiano das famílias, refletindo sobre a possibilidade da escola, em conjunto entre alunos e educadores, realizar ações sobre os maiores problemas apontados, que se traduziram na realização das mesmas.

A quinta etapa é compreendida pela realização das **oficinas** junto às comunidades.

Com exceção do P.A. Jacaré Curitiba, cuja atenção especial se deve ao fato de viverem mais de 730 (setecentas e duas) famílias, nas demais ASD, Poço Preto, P.A. Valmir Mota e P.A. Florestan Fernandes, serão realizadas todas as técnicas apresentadas a seguir, com o objetivo de mobilizar todas as famílias de cada comunidade. No P.A. Jacaré Curitiba serão realizadas as mesmas técnicas em dois grupos distintos: a representação da amostragem representativa das famílias (exposta mais abaixo na técnica "Entrevista semi-estruturada") com lotes irrigados, onde estarão representados os grupos de jovens, mulheres, culturais, produtivos, cooperativas e de interesse.

Cada técnica deverá ter a duração de até 04 (quatro) horas, com exceção da entrevista semi-estruturada, cuja duração dependerá do número de famílias entrevistadas. Todas as demais técnicas somadas, por comunidade, deverão transcorrer em até três dias. A realização das mesmas se darão em dias sequenciais, ou, a cada duas técnicas, compreendendo um dia, por semana. As comunidades serão consultadas para a deliberação da periodicidade das oficinas.

Por fim, serão realizadas reuniões devolutivas dos relatórios oriundos dos resultados das oficinas de DRPE, em cada localidade. Para tanto, serão mobilizadas as famílias que participaram das oficinas. Com uma exposição dialogada, as famílias serão provocadas a participar do processo de construção de um plano de ação. O mesmo, deverá abranger as prioridades levantadas na técnica *Eleição de Prioridades* do DRPE. Com isso, o processo de participação ativa e descentralização do poder deverá orientar um processo de mudança na realidade comunitária. O plano de ação deverá ser acompanhado pelas equipes de ATER do CFAC.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



Técnicas do DRPE

Segue abaixo a metodologia das técnicas preteridas:

1. Entrevista semi-estruturada (ANEXO 02)

Objetivo:

Estabelecer diálogo prévio com as famílias da comunidade a participar do DRPE, assim como coletar e sistematizar informações sobre os núcleos familiares. Cumprida esta etapa, as informações coletadas deverão ser trianguladas com aquelas debatidas durante as oficinas do diagnóstico.

Metodologia:

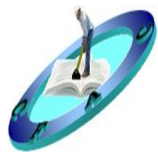
Serão visitadas ao menos 80% das famílias do Povoado Poço Preto, do P.A. Valmir Mota e do P.A. Florestan Fernandes. Apenas no P.A. Jacaré Curitiba, que compreende mais de 730 (setecentas e trinta) famílias, serão realizadas visitas, para o diálogo e coleta de informações. Realizar-se-á uma amostragem representativa dos segmentos que compõem o assentamento.

As visitas serão realizadas em dupla, a fim de resguardar a qualidade e veracidade das informações levantadas, sendo os levantamentos confirmados e assinados pelos responsáveis pela entrevista.

Os temas abordados nas entrevistas são:

1. Saúde: acesso aos serviços estatais, formas tradicionais e naturais utilizadas, produção, beneficiamento e outras tecnologias (fitoterápicos e outros);
2. Água: acesso aos serviços estatais, captação direta (rios, lagoas, etc), outras formas/tecnologias de acesso;
3. Meio Ambiente: relação com a caatinga, uso e produtos utilizados, manejo das capoeiras e remanescentes florestais.
4. Produção animal: serão realizados levantamentos em separado dos lotes produtivos e quintal produtivo (dada a relação de gênero que se estabelece em muitos casos), levantamento da produção, alimentação, comercialização, tipo de trabalho e tecnologias adotadas (técnicas agroecológicas, entre outras) e outros;
5. Produção agrícola: serão realizados levantamentos em separado dos lotes produtivos e quintal produtivo (dada a relação de gênero que se estabelece em muitos casos), levantamento da produção, comercialização, tipo de trabalho e tecnologias adotadas (técnicas agroecológicas, entre outras) e outros;
6. Transporte: condições das vias de acesso, existência de transporte público, qualidade do transporte;
7. Educação: existência de sistema educacional do campo, atenção aos diferentes extratos da idade escolar, transporte escolar, escolarização e qualidade do sistema;
8. Organização do trabalho: formas de organização produtiva.

A técnica será realizada nas quatro localidades com atenção em especial ao P.A. Jacaré Curitiba, onde o grande número de famílias inviabiliza a realização das entrevistas/diálogos com todas as famílias assentadas. Para tanto, segue propostas de amostragem abaixo:



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



O P.A. Jacaré Curitiba é um perímetro irrigado localizado nos municípios de Canindé e Poço Redondo, composto por 36 agrovilas. São mais de 730 famílias, cerca de 3.431 pessoas, em uma área de 6.861ha⁵.

Com o conhecimento prévio da realidade (leitura de documentos e materiais sobre o P.A e por meio de consultas à equipe de extensionistas (ATES) que acompanham a área há mais de cinco anos) adotar-se-á uma amostragem não probabilística intencional, ou seja, uma amostragem na qual estejam presentes as características da população total por meio dos subgrupos populacionais existentes (GIL, 2008).

Os materiais estudados apontam que cerca de 52% da população do Jacaré é composta por homens e 48% mulheres. As faixas etárias identificadas representam: 13% de jovens, com idade entre 15 e 18 anos; 22% de crianças menores que 6 anos; e, 8% com mais de 50 anos.

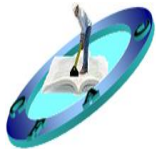
Ainda, segundo equipe de ATES responsável pela área no Jacaré Curitiba, existem três Cooperativas no Projeto de Assentamento: Cooprase, Coopac, e a UNITUBA - União das associações de todas as agrovilas. Existem, também, grupos organizados que representam um subgrupo da população total, são eles: um grupo de jovens, o "Desbravadores de Cristo"; um grupo de mulheres que produzem artesanato e bordado; um grupo de xaxado (manifestação musical) o "Facheiro do Sertão"; um grupo de interesse formado por mulheres, na agrovila nova esperança; uma associação de vaqueiros do projeto de assentamento; e, ainda, famílias previamente identificadas que desenvolvem boas práticas.

Apesar do perímetro ser considerado irrigado, no P.A. Jacaré Curitiba existem cerca de 40 famílias que possuem lotes e unidades de produção em áreas de "sequeiro" (áreas sem irrigação). Essas famílias estão nas agrovilas Nossa Senhora da Conceição e Emanuel.

Existem dois tipos de lotes irrigados: os lotes agrícolas, que possuem de 2,5 a 3ha irrigados; e, os lotes de pecuária, que possuem cerca de 17ha, sendo 1ha irrigado, para a produção do suporte forrageiro para os animais. Os lotes de "sequeiro" possuem em média 25ha. Esta é a primeira referência para o estabelecimento da amostragem. Realizar-se-ão duas oficinas distintas, sendo uma com a amostragem das famílias da área irrigada e, outra, com amostragem das famílias da área de "sequeiro".

Diante da caracterização populacional e organizacional das famílias os questionários serão aplicados da seguinte forma: 5 famílias pertencentes a agrovila Nossa Senhora da Conceição; 5 famílias pertencentes a agrovila Emanuel; 5 famílias pertencentes a Cooprase, 5 famílias pertencentes a Coopac, 5 famílias pertencentes a UNITUBA; 5 famílias pertencentes ao grupo de mulheres que produzem artesanato e bordado; 5 famílias pertencentes ao grupo de jovens "Desbravadores de Cristo", 5 famílias pertencentes ao grupo de xaxado o "Facheiro do Sertão" e 5 famílias pertencentes ao grupo de interesse ou produção da agrovila Nova Esperança, 5 famílias pertencentes a associação de vaqueiros e, por fim, 10 famílias que possuem boas

⁵ Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba. Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sergipe, 2005.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



práticas já previamente identificadas pelo extensionista do projeto que acompanha a área. Dessa forma totaliza-se 60 famílias.

Dessa forma, tem-se as representações dos jovens, das mulheres, dos homens, dos grupos organizados do Assentamento que representam as famílias que vivem nos diferentes tipos de lotes irrigados e também das que vivem nos lotes de sequeiro, ou seja, de forma intencional conseguiremos nessa amostra abarcar as características gerais, diversas e peculiares da comunidade.

Após a aplicação dos questionários, os dados serão tabulados em planilha Excel e darão origem a gráficos e tabelas que possam transmitir de forma rápida e direta as informações sobre a comunidade.

Resultado esperado

Os dados coletados por meio dos questionários, tabulados e sistematizados fornecerão informações primárias sobre todas as dimensões da vida do assentamento, contribuindo para elucidar a realidade vivida, as necessidades e gargalos existentes, além dos aspectos relacionados com a sua superação, fornecendo para a equipe uma “radiografia” dos problemas que o projeto PNUD/BRA/14/G32 pretende apoiar buscando soluções.

Ainda, as informações resultantes da tabulação e sistematização dos questionários subsidiarão os debates e a facilitação das oficinas de DRPE.

Pretende-se, por fim, reunir informações relevantes para a escolha de tecnologias sociais que impulsionem a autonomia e a transformação da realidade.

2. Mapa Histórico

Objetivo:

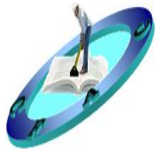
Entender, a partir da memória dos camponeses, como se deu o processo de organização para a conquista da terra e, ou, ocupação histórica. Serão debatidos a ocupação do espaço e a apropriação dos recursos naturais.

Metodologia:

De forma lúdica e participativa, será disposta sobre o piso uma conjugação de cartolinas onde, munidos de pincéis atômicos disponibilizados pela equipe do CFAC e outros elementos naturais como pedras, areia, terra, folhas, entre outros, os comunitários possam desenhar e representar os limites geográficos da propriedade, benfeitorias, aparatos estatais e os recursos naturais disponíveis. As informações oficiais disponíveis, pertinentes a comunidade, serão confrontadas junto aos elementos da realidade representativa levantados na discussão.

Os participantes serão provocados a refletir coletivamente sobre:

1. Mudanças/transformações percebidas, neste período, pós ocupação da presente comunidade;
2. Recursos naturais disponíveis, quantidade de recursos disponíveis x qualidade de recursos disponíveis;
3. Acesso aos recursos naturais, seus usos e costumes.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



Resultado esperado:

Analisar o processo histórico de ocupação da terra, as dinâmicas sociais construídas a partir de então, incluindo o papel do Estado para com a comunidade, e sua relação com a caatinga. Usos, costumes e conflitos evidenciando as condições históricas de adaptação ao meio.

3. Caminhada Transversal

Objetivo:

A partir da representação do Mapa Histórico, construído coletivamente, a equipe do CFAC e comunitários deverão percorrer o perímetro da comunidade transversalmente. Com isso, serão observados os símbolos representados no Mapa e, outros elementos que possam não ter sido mencionados, além do relevo, vegetação, solo e ocupação do solo.

Metodologia:

Serão formados pequenos grupos representativos dos segmentos que compõem a comunidade, quer sejam idosos, mulheres, homens e jovens, acompanhados da equipe do CFAC, para percorrer transversalmente o perímetro da comunidade, com prévio acordo. A contribuição a partir da perspectiva particular de cada um dos membros permite um retrato mais fidedigno do espaço.

Serão observados:

1. Elementos da realidade representados no Mapa Histórico;
2. Elementos não observados no Mapa Histórico;
3. Relevo e recursos naturais;
4. Ocupação do solo.

Resultados esperados:

Apreender os elementos que compõem o ambiente quer sejam seus recursos naturais, a relação comunitária com esses recursos, a apropriação, usos e ocupação do meio e, a presença do Estado na comunidade.

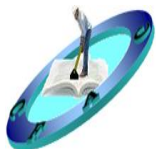
4. Mapa de Gênero

Objetivo:

A ferramenta aborda a questão de gênero, a geração de renda e o trabalho feminino. Busca-se compreender o papel das mulheres no assentamento ou comunidade, em quais atividades produtivas e de geração de renda a mulher está inserida, como ela exerce essas atividades, e quanto tempo (em média) é gasto nas atividades que estão envolvidas.

Metodologia:

A metodologia consiste no resgate do Mapa Histórico, fixando-o no centro da roda composta pelos participantes da oficina. Serão entregues adesivos com figuras de mulheres e homens e, então, o (a) coordenador (a) da oficina pedirá que todos se levantem e colemb as figuras das



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



mulheres nos locais onde as mulheres trabalham e dos homens nos locais onde os homens trabalham.

Após todas as figuras coladas, de forma coletiva e problematizadora será conduzida a discussão sobre a centralidade do trabalho feminino, buscando compreender não só onde ele se dá, mas qual é o trabalho, como se organiza, qual a renda gerada pelo trabalho das mulheres e qual a média de tempo gasto para executá-lo.

Resultados esperados:

Espera-se que a partir da problematização e discussão em relação ao trabalho feminino, se tornar visível o papel da mulher perante os participantes do DRPE a fim de contribuir para dirimir os problemas de gênero, como também impulsionar a auto-organização das mulheres.

Além disso, para o projeto **BRA/14/G32 PIMS 3066 SERGIPE**, será extremamente valioso compreender a dinâmica do trabalho feminino, podendo, desta maneira, intervir com tecnologias que possam diminuir o tempo ou a "penosidade" do trabalho e tarefas femininas e/ou contribuir para a organização das mulheres, com tecnologias sociais que permitem agregar valor a seus produtos, gerando renda para as mulheres.

5. Entra e Sai

Objetivo:

Analisar as principais atividades produtivas das comunidades. A ferramenta busca de forma educativa elucidar os custos de produção, bem como a origem dos mesmos. Do outro lado da cadeia produtiva, elenca os produtos e subprodutos oriundos da cultura local e, qual a destinação dos mesmos, a fim de compreender detalhadamente como se dá o processo produtivo.

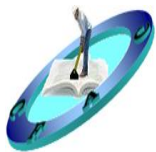
Metodologia:

De forma participativa, a equipe do CFAC provocará os participantes para construção do quadro que deverá ser disposto sobre plataforma vertical.

De onde vem?	O que sai?	O que tem?	O que sai?	Para onde vai?

A problematização da produção local deverá ser previamente debatida pela equipe, visto a análise de dados disponíveis. A participação ativa da comunidade é fluida na oficina, em virtude de se tratar de atividades cotidianas. Além dos elementos concretos das cadeias produtivas, serão abordadas:

1. Relações entre meios de produção x geração de riqueza;
2. Força de trabalho x reprodução da força de trabalho;
3. Formação de preço;
4. Tecnologias empregadas;
5. Mercados.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



Resultados Esperados:

Análise e reflexão coletivas das relações de dependência nas cadeias produtivas. Adoção de novas tecnologias produtivas, menor custo, melhor relação de convivência com o meio, fomento a criação de formas de cooperação e meios de geração de renda.

6. Diagrama de Venn/Jogo das Bolas

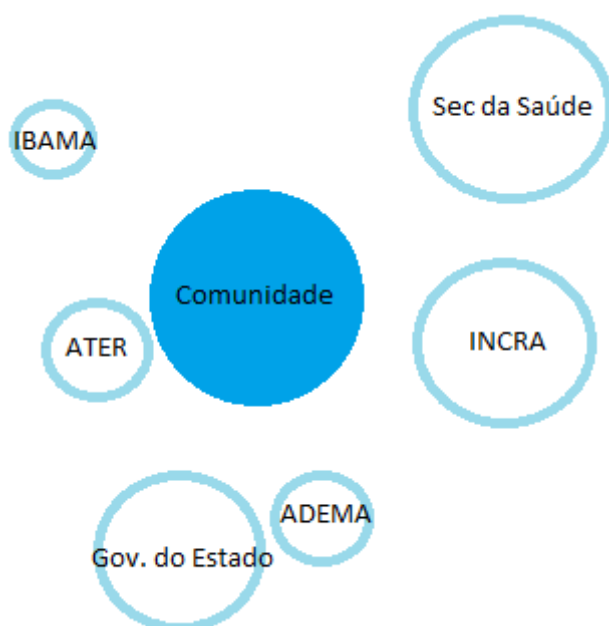
Objetivo:

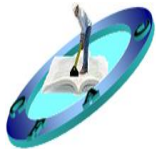
Análise organizacional e a relação da comunidade com os atores sociais externos, sua importância e atuação.

Metodologia:

Os participantes da oficina serão dispostos em roda. Para a consecução da atividade a equipe do CFAC disponibilizará giz de diversas cores. A atividade transcorrerá sobre o chão. Os participantes serão provocados a avaliar a capacidade organizacional da comunidade. Desta avaliação, serão convidados a representar, analogamente ao tamanho de uma bola, o tamanho da bola da comunidade, em giz sobre o chão. Após a consensualização com os demais membros sobre o tamanho da bola, deverão ser mencionados os principais atores sociais que tem relação negativa ou positiva para com a comunidade. Da mesma forma, serão convidados a representar a bola destes atores, organizações ou instituições, com um adendo: a proximidade à bola da comunidade representará o grau de atuação e interdependência, caso a haja, deste ator, conforme exemplo ilustrativo

Figura 1: Exemplo da ferramenta Diagrama de Venn





MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



Resultados Esperados:

Estabelecer os limites ou potencialidades da relação institucional da organização comunitária com determinados atores sociais. A técnica reproduz de forma lúdica a análise dos ambientes interno e externo da organização.

7. Matriz Realidade/Desejo

Objetivo:

Listar os principais problemas enfrentados coletivamente pela comunidade, apontar quais são os desejos de mudança e quais as formas, caminhos, para a consecução da solução dos mesmos.

Metodologia:

Com a disposição de cartolinas sobre plataforma vertical será montado o quadro da matriz.

Realidade	Caminho	Desejo

A equipe do CFAC provocará os presentes que consensualmente listem os principais problemas comunitários. Um à um, serão listados os problemas, os desejos de mudança da realidade e, em seguida, debatidos os caminhos a serem trilhados para a organização coletiva.

Resultados esperados:

Compreensão da dimensão da realidade de forma planejada. O processo educativo proposto relaciona a mudança à necessidade de organização e planejamento.

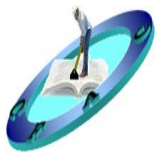
9. Eleição de Prioridades

Objetivo:

A técnica busca, a partir do quadro construído na Matriz Realidade/Desejo, eleger os principais problemas enfrentados pela comunidade e, de forma descentralizada, se organize para resolvê-los.

Metodologia:

A equipe do CFAC disporá, em local fechado, envelopes com figuras representativas dos problemas elencados na Matriz Realidade/Desejo. Os comunitários serão organizados em fila indiana, com atenção aos idosos e gestantes, que terão prioridade, para receber individualmente cédulas com as numerações 01, 05 e 10 cada um. Entrarão ao local da votação munidos das cédulas e elegerão sua primeira prioridade, onde depositarão a cédula com o número 10. Logo após, elegerão sua segunda prioridade, onde depositarão a cédula de número 05. E, por fim, elegerão a terceira prioridade, depositando a cédula de número 01. O resultado da eleição será o somatório do número de pontos que cada problema obtiver. Em seguida, os comunitários serão convidados a entrar no espaço fechado e convidados a se colocarem a participar de comissões para a organizações coletiva frente as prioridades levantadas.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



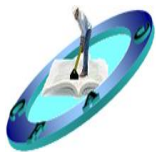
Resultados esperados:

O exercício democrático de eleição de prioridades propicia um melhor ambiente para a organização coletiva, o planejamento das ações e o estabelecimento de responsabilidades e parcerias pertinentes.

Após as oficinas e demais atividades descritas, a última etapa compreenderá a elaboração do **relatório** do diagnóstico.

Cronograma

Atividade	Período	Local
Mobilização e sensibilização	Abril - Julho	- Assentamentos Valmir Mota, Florestan Fernandes e Jacaré Curitiba, e Comunidade Poço Preto - Núcleo de Ates de Canindé do São Francisco e Jacaré Curitiba - Rádio Comunitária Amanhe FM
Entrevista Semi-estruturada	Maio - Julho	- Assentamentos Valmir Mota, Florestan Fernandes e Jacaré Curitiba, e Comunidade Poço Preto
Identificação das boas práticas	Maio - Julho	- Assentamentos Valmir Mota, Florestan Fernandes e Jacaré Curitiba, e Comunidade Poço Preto
Levantamento de dados secundários	Junho - Julho	
Reunião com INCRA, ATES e Escolas das comunidades	Julho - Agosto	Aracaju, Canindé do São Francisco e Poço Redondo
Oficinas do DRPE	Julho - Agosto	- Assentamentos Valmir Mota, Florestan Fernandes e Jacaré Curitiba, e Comunidade Poço Preto
Sistematização	Outubro - Novembro	Aracaju e Canindé do São Francisco



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



Bibliografia:

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, on line, 2004. **Apresenta informações sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/> acesso em: maio. 2016.

COSTA, Francisco de Assis e CARVALHO, Horácio Martins. Agricultura Camponesa in **Dicionário da Educação no Campo.** Org: CALDART, *et al.* Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FRANS, Geilfus. **80 Herramientas para el Desarrollo Participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación.** Prochamate–IICA: San Salvador, el Salvador, 1997, 208 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?.** 7ª edição-Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6ª edição. São Paulo: Atlas editora, 2208

GIROUX, Henry A. **Os Professores Como Intelectuais.** Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

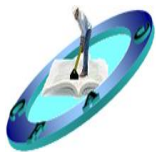
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba. Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária.** Sergipe, 2005.

PALUDO, Conceição. **Da raiz/herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação no e do campo: Um olhar para a trajetória da educação no MST.** Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional da Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, MG. ANPED, 2006.

PEREIRA, José Roberto. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização dos assentamentos rurais. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais,** Lavras: UFRA, v.3, n.2, 2001.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **BRA/14/G32 - Manejo do Uso Sustentável da Terra no Semiárido do Nordeste Brasileiro (Sergipe).** 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.31, n.3, p.443-466, 2005.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



2 – RESULTADOS DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA O DRP

A inserção das temáticas de manejo sustentável de terras (SLM) e combate à desertificação integradas às ações de ATER, objetivo central definido na carta de acordo do CFAC, prevê um cronograma de atividades cujo a viabilidade depende, intrinsecamente, do envolvimento dos camponeses das áreas de intervenção direta do projeto, assim como de um bom diagnóstico socioambiental dessas comunidades. Tendo o CFAC optado pelo DRPE como opção metodológica para esse tipo de pesquisa, o envolvimento dos sujeitos (camponeses e “extensionistas”) das áreas de abrangência é condição fundamental para um estudo que, além de entender as características da região, dê conta de entender a realidade e definir, coletivamente com os atores locais, alternativas de superação das dificuldades identificadas, tendo como parâmetro os desejos apontados pelos camponeses e a necessidade de uma boa conveniência com a semiaridez, clima característico dessa região.

O DRPE, previsto na próxima etapa do projeto, prevê momentos de participação individual e coletiva dos sujeitos envolvidos, camponeses e técnicos. A qualidade desse diagnóstico está condicionada a basicamente dois fatores, a metodologia utilizada nas fases já definidas e a participação dos agricultores. Estando a metodologia já apresentada no tópico 1 deste documento, aqui, priorizaremos descrever o processo de mobilização desses sujeitos.

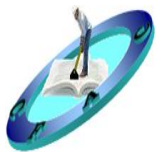
Constam no anexo deste documento o relatório fotográfico do processo de mobilização para o DRPE (ANEXO III) e a lista de presença das reuniões de mobilização das comunidades (ANEXO IV)

Metodologia:

A mobilização para a participação nas diversas etapas do diagnóstico das áreas previstas no projeto foi antecedida por um trabalho de sensibilização dos sujeitos envolvidos no cotidiano das comunidades. Esse trabalho, além de exigir a definição de planejamento e metodologia para espaços específicos, ganhou solidez com o aproveitamento de momentos informais, em conversas e visitas às famílias camponesas, e inserindo a temática que embasa o projeto em outros momentos organizados pelos diversos atores que convivem com a realidade das áreas escolhidas.

No nosso caso, a sensibilização e mobilização para as etapas previstas no diagnóstico das áreas de intervenção do projeto foram realizadas nos seguintes momentos:

- Reuniões organizadas nas comunidades pela equipe técnica do CFAC, contratada para o desenvolvimento das atividades do projeto em questão, com esse objetivo específico;
- Informes sobre o cronograma do DRPE em reuniões, com objetivos diversos, organizadas pelos próprios agricultores ou pela assistência técnica de ATER;
- Visitas individuais a camponeses das 4 comunidades durante a entrevista semi-estruturada. Foram visitadas 86% das famílias do Assentamento Florestan Fernandes, 96% das famílias do Valmir Mota, 8% do assentamento Jacaré Curitiba e 82% das famílias da comunidade Poço Preto;



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



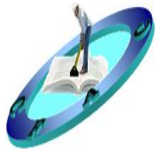
- Reuniões com os técnicos dos núcleos de assistência técnica de ATER;
- Divulgação e convite para participação no cronograma do DRPE no programa, apresentado pelos técnicos do CFAC, na rádio comunitária do município da cidade de Canindé do São Francisco.

Resultados Alcançados:

Apenas conseguiremos mensurar, com segurança, o resultado do processo de mobilização após superada cada fase prevista no diagnóstico. Só assim, verificando a presença, permanência e participação das famílias, representadas na diversidade de gerações e de gênero, teremos as condições ideais para avaliar o sucesso ou fracasso dessa fase do projeto.

Porém, é possível, a partir das reflexões abaixo fazer uma avaliação preliminar desse processo.

A definição do cronograma das atividades do DRPE, debatida e definida juntos com os camponeses, contribuiu para que os mesmos pudessem enxergar-se como parte do processo. Neste momento, foram expostas sugestões, ideias, limitações e disponibilidades dos agricultores (as) envolvidos. A divulgação do cronograma definido e o comprometimento das pessoas das comunidades em cumpri-lo, nos permite, também, acreditar no sucesso da mobilização.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE

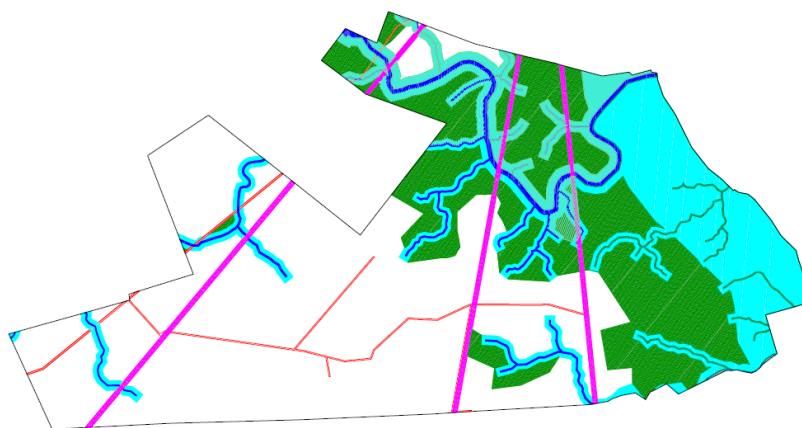


3 – ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE AS CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS DAS COMUNIDADES DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO.

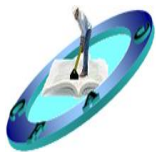
Apresentação e Metodologia

Nesta parte do documento faremos uma breve caracterização das áreas de intervenção direta do projeto BRA/14/G32 PIMS 3066. O estudo foi realizado a partir da revisão de documentos técnicos disponibilizados pelo INCRA, e documentos acadêmicos das Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Santa Catarina, além de conversas com moradores de suas respectivas áreas. Vale ressaltar que poucos documentos estão disponibilizados, no caso da Comunidade de Poço Preto, não tivemos acesso a nenhum estudo, apesar do órgão oficial de assistência técnica do estado (EMDAGRO) e da secretaria de agricultura do município de Poço Redondo terem afirmados a existência de um antigo diagnóstico realizado com as famílias. Tal documento não foi localizado.

3.1- Assentamento Valmir Mota



Fonte: INCRA



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



3.1.1 – Informações Gerais

Dados Gerais

Município	Canindé do São Francisco
Distância a sede do município	10 km
Data de Imissão de Posse	13/01/2009
Área Total Registrada	881,24 ha
Área por família	13 ha
Área de Reserva Legal	178,19 ha
Área de Preservação Permanente	225,21 ha
Número de Famílias Assentadas	33

3.1.2 – Breve histórico, População e organização social

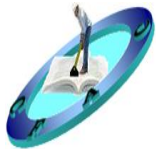
Oriundos de acampamentos diversos do município de Canindé do São Francisco, os assentados do P.A. Valmir Mota viveram por anos na luta pela aguardada reforma agrária. Algumas famílias chegaram a viver em barracos de lona plástica por até quatorze anos. A empreitada pela efetivação da função social da terra se deu pela última vez ao ocuparem as terras improdutivas da Fazenda Britto, no município de Canindé do São Francisco.

O assentamento foi criado no ano de 2009 a partir da junção das fazendas Texas, São Francisco e Santa Helena. Quase 80% dos assentados, quando da imissão de posse, eram oriundos do mesmo município das fazendas, sendo o restante originários de outros municípios do sertão sergipano. Nota-se que, à época, 54% da população era representada por crianças e jovens. Em 2011, ano em que foi realizado o plano de desenvolvimento do assentamento (PDA), organizado pelos técnicos de ATEs, foi verificado que a população de crianças e jovens haviam aumentado, representando 65% dos moradores. Neste período, a porcentagem de mulheres chegava a 44% do total de assentados (BRASIL, 2011).

O nível de escolaridade era muito baixo, 29% dos entrevistados durante o PDA eram analfabetos ou nunca estudaram. Nenhum frequentava o ensino médio e apenas 1 cursava ou havia concluído o ensino superior.

A eletricidade foi instalada apenas em 2014, 5 (cinco) anos após a criação do assentamento, viabilizada pelo programa do governo federal “Luz para Todos”. Houve morosidade também no programa de habitação, tendo iniciado apenas no ano de 2013. Desta forma, a maioria das famílias viveram por, pelo menos, 4 anos em moradias improvisadas com lona plástica.

Outro dado relevante é o acesso ao Bolsa Família. Mais da metade da população era beneficiária, o que caracteriza a condição socioeconômica das famílias.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



3.1.3 – Solos, Relevo e Produção agrícola

Segundo laudo agrônômico realizado por técnicos do governo do estado de Sergipe nas 3 (três) fazendas, o relevo da área varia entre suave ondulado (36%), moderadamente ondulado (24%), ondulado (15%), fortemente ondulado (22%) e montanhoso (3%) (SERGIPE, 2009a; SERGIPE, 2009b; SERGIPE, 2009c).

O solo é raso, pouco desenvolvido, variando de ligeiramente a extremamente pedregoso e muito susceptível a erosão. A textura predominante é a arenosa associada à ocorrência de materiais grosseiros, pedras, pedregulho, cascalho (BRASIL, 2011).

A produção agrícola em 2011 estava caracterizada por culturas de subsistência, composta basicamente por fava, feijão, milho e hortaliças. Sendo as principais dificuldades no aumento da produção a falta de infraestrutura, como eletrificação rural, irrigação, estradas vicinais em péssimo estado e a morosidade na liberação de créditos (BRASIL, 2011).

Atualmente constata-se uma pequena parte da área com irrigação, cujo estrutura está ameaçada por falta de entendimento com a CODEVASF. Isso tem favorecido a produção em escala de algumas culturas que já são comercializadas fora do assentamento, como o quiabo, vendido para atravessadores, e hortaliças em geral, levadas semanalmente para a feira da Reforma Agrária, que acontece as quintas-feiras na praça central do município de Canindé do São Francisco.

A dificuldade de acesso a créditos agrícolas tem limitado a produção no assentamento, isso tem favorecido para que parte significativa dos lotes reservados a agricultura ainda possuam vegetação nativa em bom estado. Desta forma, coloca-se como desafio desenvolver práticas que visem integrar a Caatinga ao sistema produtivo adotado por cada família, de uma forma que melhore a renda e minimize a ameaça do desmatamento na região.

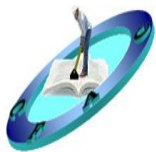
O PDA já identificava indícios que o assentamento apresentava predisposição a ideias sustentáveis e de boa convivência com o semiárido, a exemplo de uma horta comunitária agroecologia e a utilização da vegetação da caatinga para a criação de abelhas.

3.1.4 - Recursos hídricos (riachos e nascentes)

Há existência de uma barragem e o assentamento se encontra próximo a localidades com irrigação, além da proximidade visível com o rio São Francisco. A área é banhada pelo riacho “Das Onças”, que desagua no rio São Francisco (BRASIL, 2011).

3.1.5 - Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente

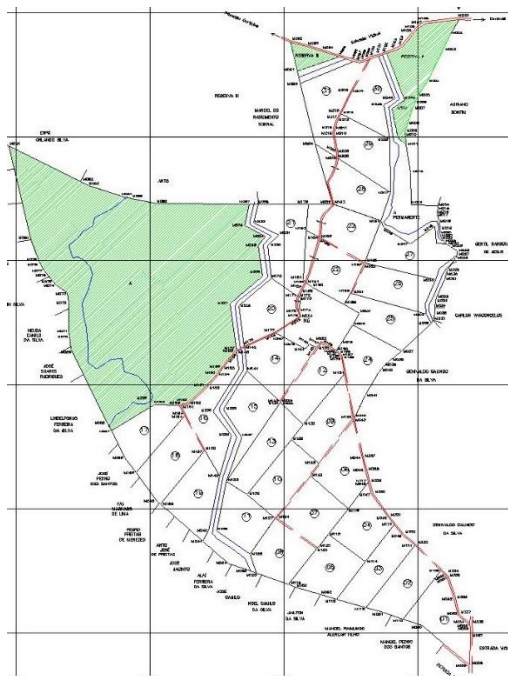
Objetivando atender a legislação florestal brasileira, a Reserva Legal do assentamento possui 178ha, fragmentada em três partes. A vegetação da reserva é arbustivo-arbórea, sendo classificada como hiperxerófila. Já a Área de Preservação Permanente do assentamento corresponde a aproximadamente 225ha. A vegetação dessas áreas está em ótimo estado de conservação. Porém, há relatos de poluição do riacho com esgotos e agrotóxicos oriundos de projeto de irrigação que margeia parte do assentamento.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



3.2 – Assentamento Florestan Fernandes

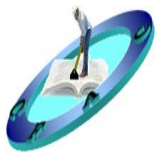


Fonte: INCRA

3.2.1 – Informações Gerais

Dados Gerais

Município	Canindé do São Francisco
Distância a sede do município	20km
Data de Imissão de Posse	20/11/2001
Área Total	824,97ha
Área por família	15,55ha
Área de Reserva Legal	251,19ha
Área de Preservação Permanente	64,93ha
Número de Famílias Assentadas	31



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



3.2.2 – Breve histórico, População e organização social

Localizado no município de Canindé do São Francisco, o P.A. Florestan Fernandes foi conquistado a partir do acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, organizado em maio de 1999. Apesar de 2 anos de luta pela conquista da fazenda, parte das famílias vieram de outras ocupações na região, estando algumas famílias há mais de 6 anos vivendo em acampamentos diversos.

No ano de elaboração do PDA, 2002, 108 pessoas habitavam o assentamento. Sendo que 61% eram pessoas com idade entre 15 e 59 anos. As mulheres representavam 47% da totalidade dos assentados. Destaca-se que nesse período 19,3% das famílias eram “chefiadas” por mulheres.

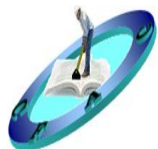
Em 2009, ano de elaboração do plano de recuperação do assentamento (PRA), constatou-se pequenas alterações na caracterização social. 110 pessoas residiam no assentamento, sendo 49% de mulheres. A maior parte da população, 44,3%, encontrava-se entre 21 e 60 anos. O número de assentados analfabetas reduziu, saindo de 37% em 2002 para 20,9% em 2009 (BRASIL, 2002; BRASIL, 2009).

A área urbana é composta por 31 casas, construídas para moradia das famílias, e uma casa do antigo vaqueiro da fazenda, atualmente utilizada para reuniões da comunidade. Todas com energia elétrica.

3.2.3 – Solos, Relevo e Produção agrícola

No município de Canindé do São Francisco há presença de machas de solos litólicos, bruno não cálcico, regossolos e planosolo, sendo este último o tipo de solo hegemônico no assentamento Florestan Fernandes. O laudo agrônômico elaborado pelo INCRA na fazenda que deu origem ao assentamento classifica o relevo em 20% plano e 80% suave ondulado (BRASIL, 2002).

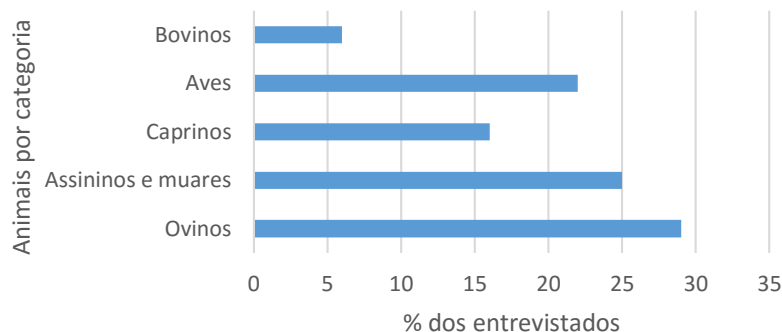
Segundo os documentos consultados, que datam de 2002 e 2011, houve alteração no sistema produtivo do assentamento. Se em 2002 a agricultura era a principal atividade produtiva, com milho, feijão e palma, seguido da criação de ovinos, em 2011 a bovinocultura, com ênfase na produção de leite, assume a dianteira do sistema produtivo da comunidade, saindo de 2 famílias para a totalidade dos assentados (figuras 1 e 2). Desta forma, agricultura, apesar da quantidade de área ocupada está subordinada a pecuária, ou seja, o milho e a palma tem como finalidade a alimentação do rebanho das famílias (BRASIL, 2009; MATEUS, 2011).



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE

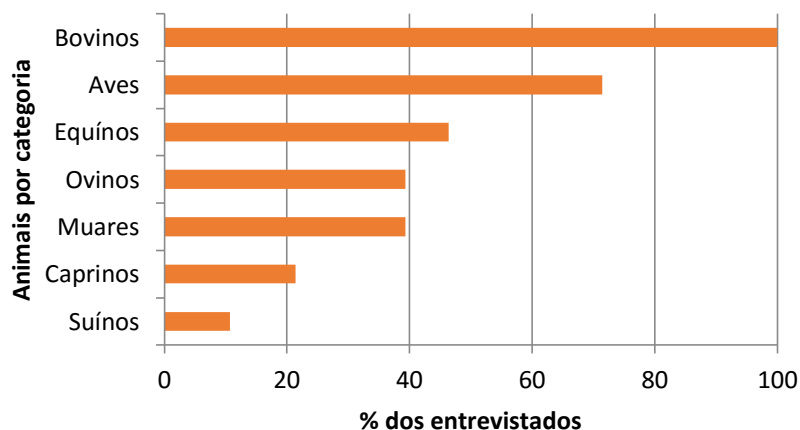


Figura 1: Efetivo animal em 2002



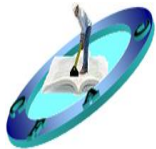
Fonte: BRASIL, 2002.

Figura 2: Efetivo animal em 2011

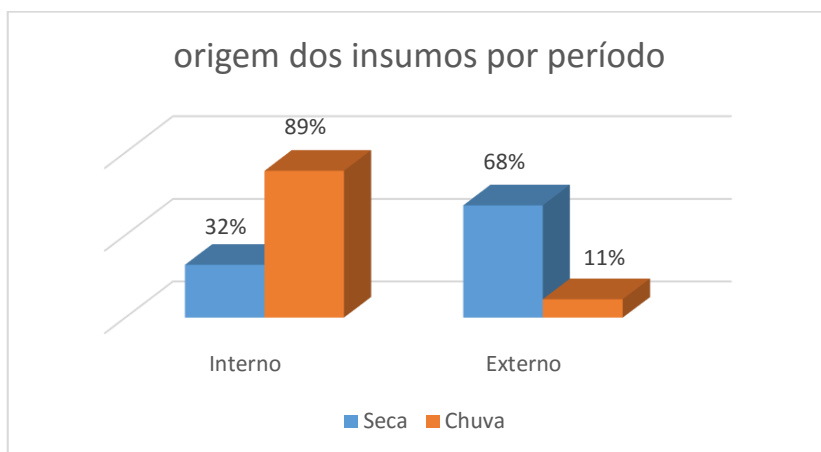


Fonte: MATEUS, 2011

Os documentos apontam ainda que o principal entrave para o desenvolvimento da pecuária leiteira na comunidade é a escassez de alimento para o gado, que se agrava no período seco (Figura 3). Neste período a atividade se torna insustentável devido a alta dependência de insumos externos, basicamente pela compra de parte significativa do alimento oferecido aos animais.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



Fonte: MATEUS, 2011

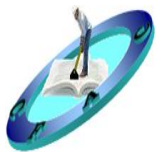
3.2.4 - Recursos hídricos

Na época da elaboração do PDA do assentamento haviam 13 açudes escavados, além da presença de, pelo menos, 3 pequenos riachos intermitentes cortando o imóvel (BRASIL, 2002).

3.2.5 - Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente

Segundo Mateus (2011), A reserva legal do assentamento está dividida em três áreas isoladas, totalizando 251,19 hectares, superior aos 20% previsto no código florestal brasileiro. Já as áreas de preservação permanente margeiam os riachos existente, chagando a 64,93 hectares. A vegetação é caracterizada pela Caatinga hiperxerófila, devido o grau de aridez. Entre as espécies encontradas estão a *Caesalpinia pyramidalis* Tul.(Catingueira), *Commiphora leptophloeos* (Mart) J.B. Gillet. (Imburana-de-cambão), *Jatropha mollissima* (Pohl) Baill. (Pinhão), *Maytenus rigida* Mart.(Bom-nome), *Anadenanthera colubrina* (Vell.) Brenan (Angico-de-carço), *Piptadenia stipulacea* (Benth.) Ducke (Arranhento), *Pilosocereus pachycladus* F. Ritter (Facheiro).

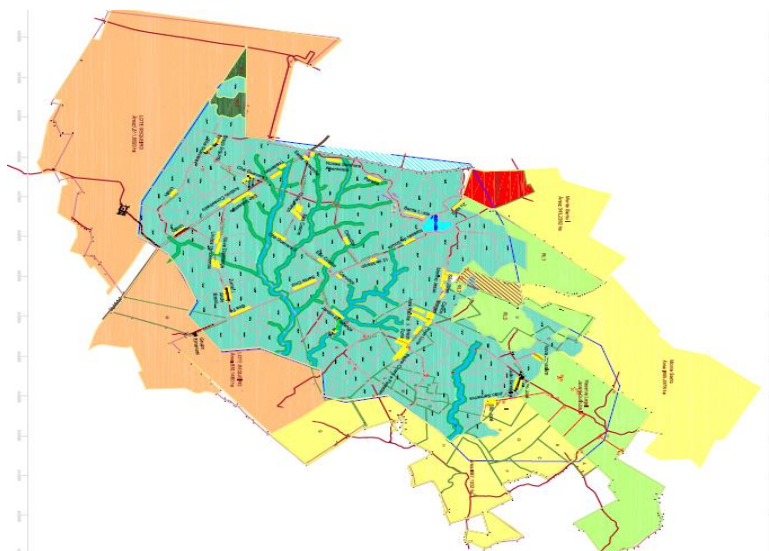
Há forte pressão sobre a vegetação local, com retirada indiscriminada de diversos indivíduos que compõem a Caatinga do imóvel. As pessoas identificadas cometendo o crime ambiental são externas, e os assentados já protocolaram diversas denúncias nos órgãos responsáveis.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



3.3 – Assentamento Jacaré Curitiba

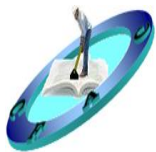


Fonte: INCRA

3.3.1 – Informações Gerais

Dados Gerais

Município	Canindé do São Francisco e Poço Redondo
Distância a sede do município	15 km
Data de Imissão de Posse	29/12/1997 (Jacaré Curitiba I a V) 15/12/1998 (VI) 17/12/1998 (VII) 24/12/1999 (VIII)
Área Total Registrada	5.000ha
Área por família	
Área de Reserva Legal	1147,07
Área de Preservação Permanente	108,93
Número de Famílias Assentadas	746



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



3.3.2 – Breve histórico, População e organização social

No ano de 1997, por meio do Protocolo de Intenções firmado entre o Governo do estado de Sergipe e Ministério Extraordinário de Política Fundiária, cria-se o P.A. Jacaré Curituba. A área fora previamente concebida para a exploração empresarial, visto que o perímetro deveria ser irrigado, sendo, porém, ocupado por famílias acampadas às margens da SE-230, que reivindicaram a função social do perímetro. Com mais de 3.000 (três mil) famílias acampadas, em detrimento do desemprego gerado pela USH-Xingó, no município de Canindé do São Francisco, gera-se, à época, pressão social expressiva, tendo o governo estadual cedido à mesma (BRASIL, 2005).

Apesar do número inicial de famílias, apenas 700 (setecentas) foram assentadas, tendo, porém, que conviver com a expectativa da conclusão das obras de construção da adutora para fornecimento do sistema de irrigação, planejado na concepção do perímetro. De 1997 à 2005, acordos técnicos com a FAO e com o BID não lograram sucesso.

3.3.3 – Solos, Relevo e Produção agrícola

Influenciados pela relativa uniformidade climática e do material de origem dos solos, a área de assentamento apresenta certa homogeneidade na composição edáfica.

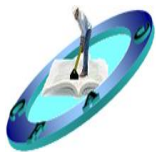
Com viabilidade técnica conferida pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF) para 4.000 (quatro mil) hectares, segundo resultado foi descrito no PDA, o perímetro apresenta fertilidade alta, taxas de infiltração média e textura argilosa e muito argilosa. A pouca profundidade e manejo convencional de irrigação, apresentava-se como possíveis obstáculos ao bom desenvolvimento agrícola da área. Apesar da pouca declividade, este é um fator que ocasiona erosão no solo (BRASIL, 2005).

Aproveitando a implementação do projeto de irrigação o assentamento foi dividido em 3 (três) tipos de lotes (parcelas), denominados “Lotes I”, “Lotes P” e “Lotes Sequeiros”. Por aptidão da atividade agrícola cada família recebeu um dos tipos de parcela. As que trabalhariam só com irrigação, 646 (seiscentas e quarenta e seis), receberam o “lote I”, com área que varia de 2 (dois) a 3 (três) hectares e com sistema de microaspersão. Destacam-se a monocultura do quiabo, além da mandioca, milho, feijão e frutas em geral.

As famílias com desejo na criação animal, 54 (cinquenta e quatro), receberam o “Lote P”, também conhecido como lote pecuário. O tamanho desses lotes chega a 19 (dezenove) hectares, sendo 1 (um) hectare irrigado com sistema de irrigação convencional, aspersão, para produção de suporte forrageiro. Atualmente é possível constatar a fruticultura e plantio de quiabo.

As famílias dos “Lotes sequeiros”, 43 (quarenta e três), receberam entre 22 a 25 hectares de terra sem nenhum tipo de irrigação. Nessas áreas, um pouco maior que os “Lotes Pecuários”, destacam-se a criação de bovinos, caprinos e ovinos, além do plantio de milho, feijão e palma.

O projeto de irrigação ainda não está concluindo, faltando a entrega de parcelas irrigadas para algumas famílias. A responsabilidade do empreendimento é da CODEVASF, porém foi criado uma associação dos próprios assentados que deve gerir o perímetro irrigado.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



O assentamento já apresenta áreas em avançado processo de desertificação, devido a salinização causada pelo manejo inadequado da irrigação.

3.3.4 - Recursos hídricos

Segundo PDA do assentamento a fonte hídrica da área enquadra-se na classe C1S1, sendo de ótima qualidade para a irrigação. Sua fonte é o Rio São Francisco, limítrofe com o Projeto de Assentamento. Apesar disso, a baixa profundidade do solo somada à sua textura argilosa, remete ao solo pouca infiltração, devido a formação de crostas (BRASIL, 2005).

3.3.5 - Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente

A reserva legal do assentamento está dividida em 5 (cinco) áreas que aparentemente estão em bom estado de preservação. Dentre a utilização dessas áreas destacam-se a vaquejada, a criação animal e o turismo. A vaquejada é uma prática esportiva muito valorizada pela associação de vaqueiros do assentamento, que cumpre um importante papel de preservação da Caatinga. Durante a escassez das chuvas, a vegetação dessas áreas é utilizada na alimentação animal, assim minimizando os impactos na lida com o gado. O turismo é decorrente da visita a Grota do Angico, local relativamente movimentado devido a beleza natural e a riqueza cultural, pois é o local de assassinato de Lampião, Maria Bonita e parte do seu bando.

3.4 – Comunidade Poço Preto

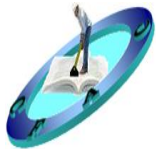
3.4.1 – Informações Gerais

Dados Gerais

Município	Poço Redondo
Distância a sede do município	17 km
Número de Famílias	40

3.4.2 – Breve histórico, População e organização social

A comunidade é composta por cerca de 40 famílias, tendo na agropecuária a principal atividade produtiva. Há uma escola municipal que serve as crianças e jovens, com turmas da alfabetização ao nono ano. Entre as estruturas organizativas dos moradores destacam-se os grupos das igrejas católica e evangélica, a associação comunitária dos produtores, a associação de pais e mestres da escola e o movimento dos pequenos agricultores (MPA).



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



3.4.3 – Produção agrícola

O sistema produtivo é caracterizado pela combinação da pecuária e a agricultura. Sendo está marcada pelo policultivo, onde o feijão, milho, abobora, melancia, macaxeira, batata, melão, dentre outras, compartilham o mesmo espaço e o trabalho dos membros a família. Os quintais produtivos formados por frutíferas variadas complementam a mesa dos camponeses.

3.4.4 - Recursos hídricos naturais

A área é cortada por 3 (três) pequenos riachos intermitentes. Com águas salobra, 1 (um) desses leitos d'água aflora na própria comunidade. Um conglomerado de rochas forma uma espécie de "bacia", denominada pelos próprios moradores como "pia de pedras". Adaptada, sendo devidamente evitado os "sangradouros", serve como eficiente reservatório de água.

3.4.5 - Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente

A RL e APP está distribuída de forma isolada nas propriedades individuais. É composta pela vegetação da Caatinga e está em diferentes estágios de conservação. O tamanho varia de 1 a 12 hectares. Devido a particularidades edafoclimáticas é possível encontrar espécies diferentes, ausente em outras áreas do semiárido do estado, a exemplo de uma palmácea conhecida entre os camponeses como oricuri.

Bibliografia:

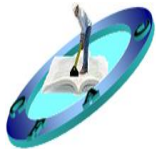
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de desenvolvimento do assentamento Florestan Fernandes**. Sergipe: INCRA, Se. 2002;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de consolidação dos projetos de assentamento jacaré - curituba**. Sergipe: INCRA, Se. 2005;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de recuperação sustentável do projeto de assentamento Florestan Fernandes**. Sergipe: INCRA, Se; Empresa Sustentável do Estado de Sergipe; Projetos Agroindustriais Ltda, 2009;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de desenvolvimento sustentável do assentamento Valmi Mota**. Sergipe: INCRA, Se; Centro Comunitário de Formação em Agropecuária, 2011;

MATEUS, F. P. S. **Arbóreas Forrageiras: Pastagem o ano todo na Caatinga sergipana** / Fábio Andrey Pimentel São Mateus. Florianópolis, UFSC, 2011.



MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE



SERGIPE. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário. **Laudo agrônômico da fazenda Santa Helena**. Aracaju. 2009a

SERGIPE. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário. **Laudo agrônômico da fazenda São Francisco**. Aracaju. 2009b

SERGIPE. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário. **Laudo agrônômico da fazenda Texas**. Aracaju. 2009c